



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS

O Mercado de Trabalho no Brasil Contemporâneo

WELLINGTON LUIZ DE JESUS ARAÚJO

Sob a orientação do professor Herlei dos Santos Carvalho Jr.

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da UFRRJ Unidade Acadêmica de Três Rios.

Três Rios, RJ.
Dezembro de 2009

Dedico este trabalho primeiramente à Deus. Também à minha família, que sempre esteve comigo. À minha namorada que torceu sempre por mim. Aos amigos e colegas que presenciaram mais esta conquista e aos mestres que me ensinaram grandes lições.

RESUMO

No início dos anos 1990 começavam a aparecer os sinais de modificação do mercado de trabalho brasileiro, que surgiram com muita força. Basicamente são três os indicadores que confirmam esse fenômeno. Primeiramente, há a elevação do desemprego, em segundo lugar, verifica-se o crescimento de formas precárias de inserção no mercado de trabalho, notadamente o trabalho dos autônomos (ou conta-própria) voltados para o público, o assalariamento sem carteira e o emprego doméstico, por último, nota-se a queda dos rendimentos do trabalho. Várias explicações contribuem para a mudança das tendências no mercado de trabalho: baixas taxas de crescimento econômico, abertura comercial e financeira desregulada, crescimento da população economicamente ativa, perda de importância do emprego industrial, inovação tecnológica, privatização, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, em particular do investimento público. Este trabalho pretende justamente mostrar como foi a evolução do mercado de trabalho no Brasil a partir dos anos 1990, englobando a parte mais importante da transição de paradigma econômico em direção à abertura das fronteiras da economia, em harmonia com a nova ordem econômica internacional.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho; desemprego; informalidade; terceirização.

LISTA DE GRÁFICOS

PÁGINA

Gráfico 1 – Evolução da Taxa de Desemprego (2002-2007).....	19
Gráfico 2 – Taxa de Atividade Urbana – Masculina e Feminina (1987-1995).....	24
Gráfico 3 – Nível de Ocupação Metropolitana por Escolaridade (1991-2007).....	25

SUMÁRIO

Resumo.....	03
Lista de Figuras.....	04
I. INTRODUÇÃO.....	06
1.1. Objetivos Gerais e Específicos.....	07
1.2. Metodologia e Justificativa.....	08
II. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	10
2.1. A Formação do Mercado de Trabalho.....	10
2.1.1. O Trabalho Escravo.....	11
2.1.2. O Imigrante Estrangeiro.....	12
2.1.3. O Trabalhador Nacional Livre.....	14
2.2. As Transformações Mais Recentes.....	15
III. CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO.....	18
3.1. O Desemprego.....	18
3.2. Oferta e Demanda de Trabalho.....	21
3.3. Participação no Mercado.....	23
3.4. Escolaridade e Ocupação.....	24
3.5. Trabalho Infantil.....	26
3.6. Informalidade.....	27
3.7. Rendimentos.....	29
IV. AS PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO.....	31
4.1. A Crise.....	31
4.2. As Políticas de Emprego.....	32
4.3. As Expectativas Futuras.....	33
VI. CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira tem passado por constantes transformações. Portanto, conhecer e acompanhar os movimentos que orientam estas mudanças é de suma importância no sentido de desenvolver mecanismos através dos quais se possa avançar para um melhor aprimoramento das condições de vida dentro do país. Importante também se faz conhecer as mudanças no mercado de trabalho brasileiro.

A busca por uma sociedade mais justa exige conhecer a situação dos trabalhadores do país, as transformações pelas quais passou o mercado de trabalho e as perspectivas de futuro neste assunto. É importante conhecer o mercado de trabalho do Brasil, a fim de entender os acontecimentos recentes, as modificações na economia, e as projeções para o futuro.

A alta tecnologia, a globalização dos mercados, a internacionalização da economia mundial são fatores cruciais para mudanças no ambiente de trabalho no mundo todo. A mão de obra tende a ficar mais barata, e os empregadores exigem cada vez mais qualificação. Conforme Amadeo (1995) as mudanças são latentes e estão longe de terminar, pois o mercado de trabalho é algo em constante transição, que além de receber influências de vários outros ramos da economia, é afetado por qualquer tipo de transformação, por menor que seja.

O estudo do mercado de trabalho contém em si mesmo algumas dificuldades e polêmicas peculiares em relação a outros campos da economia. A grande dificuldade que toca o assunto está em definir o trabalho como uma mercadoria como outra qualquer transacionada no mercado, e que por isso teria um preço definido por sua oferta e demanda.

Uma visão mais ampla considera o mercado de trabalho como sendo uma espécie de mercado com imperfeições comuns em outros mercados, de forma que o valor dos salários pode

sofrer influência, mas não tem como determinação exclusiva sua oferta e demanda (TORRES, 2007).

Não se pode perder de vista, porém, que além do aspecto de natureza econômica, o mercado de trabalho é antes de tudo um espaço de socialização do indivíduo. O trabalho tem em sua essência um valor social que o acompanha desde as sociedades humanas menos complexas até o mundo atual.

O presente trabalho é composto de quatro capítulos, sendo o primeiro introdutório, onde há a intenção de passar ao leitor os objetivos e razões do estudo do tema. O segundo capítulo estuda a estruturação do mercado de trabalho, abrangendo a sua formação e as transformações mais recentes. O terceiro capítulo dedica-se ao estudo das características do mercado de trabalho, abrangendo a questão do desemprego, da oferta e demanda de trabalho, da participação no mercado, da escolaridade, do trabalho infantil, da informalidade e dos rendimentos. O capítulo nº 4, busca trazer as perspectivas do mercado de trabalho, no que tange à crise, as políticas de emprego e os planos futuros.

1.1 Objetivos Gerais e Específicos

Segundo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (2001) a década de 90 é um divisor de águas nas trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil. Segundo Soares (2006) após cinquenta anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalização das relações de trabalho, houve uma

drástica regressão no mercado de trabalho, com aumento de todas as formas de desemprego, aumento dos vínculos vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração da renda

Este trabalho tem como objetivo geral expor a situação do mercado de trabalho no Brasil, buscando abranger os trabalhadores, sua renda, suas perspectivas e condições de vida.

Especificamente, o trabalho pretende passar ao leitor quais são os recentes problemas do mercado de trabalho no Brasil, e desta forma levantar questionamentos e opiniões a cerca deste tema.

1.2 – Metodologia e Justificativa

Apesar da origem da palavra trabalho estar relacionada a um instrumento de tortura dos tempos romanos, o trabalho é fundamental para a sobrevivência física e mental dos seres humanos. Hoje, as relações de trabalho e emprego nas economias ocidentais acontecem dentro do chamado mercado de trabalho. Nele, como no sistema de mercado em geral, a oferta e a procura de trabalho é negociada entre as partes, afetando a quantidade, o tipo e o preço do trabalho disponível.

O mercado de trabalho relaciona aqueles que procuram e oferecem emprego num sistema típico de mercado onde se negocia para determinar os preços do trabalho, os salários (RESENDE, 2005).

É importante esclarecer algumas definições do universo do mercado de trabalho, conhecendo desde a sua formação, ao seu desenvolvimento as suas perspectivas futuras. Por esse

motivo viu-se a possibilidade da elaboração de uma monografia que abrangesse este tema, buscando desenvolver o assunto de forma clara, porém sucinta.

A pesquisa focará a década de 1990 em diante. Este é um período em que houve transformações não só na economia, mas no mercado de trabalho, na área tecnológica e humana, tais como a quebra de antigos paradigmas e a globalização.

Na busca por informações sobre o tema foram utilizados livros de autores das mais diversas áreas, trabalhos acadêmicos, dissertações, teses de mestrado e doutorado, além de artigos e outras fontes oficiais encontradas na internet.

2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A composição do mercado de trabalho de um país é feita pelas pessoas que o compõe. Desta forma, estudar o mercado de trabalho também é estudar os indivíduos daquela sociedade, seus comportamentos, sua forma de vida e suas características. A importância de estudar a formação do mercado de trabalho está em saber as questões que envolvem a nossa sociedade nos dias atuais, pois de certa forma, tudo é reflexo dos acontecimentos passados.

2.1. A Formação do Mercado de Trabalho

A formação de um mercado de trabalho regular é condição indispensável para a existência do modo capitalista de produção. No Brasil, a formação do mercado de trabalho, na sua forma capitalista, tem como data marcante o ano de 1850, tanto pela Lei de Terras, como pela lei que decretou, de vez, o fim do tráfico negreiro de forma eficaz (Lei Eusébio de Queiroz), abrindo espaço para o processo de abolição da escravatura no Brasil. O processo de formação do mercado de trabalho é complexo e regionalmente diferenciado no Brasil.

O mercado de trabalho brasileiro se formou com base em três elementos. O primeiro, oriundo do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com o ex-escravo, pós-abolição de 1888, sendo incorporado ao mercado de trabalho. O segundo elemento é o imigrante, que foi a principal fonte de mão de obra para a cafeicultura que se expandiu pelo Oeste Novo Paulista nas últimas décadas do século XIX. Estes também foram a principal fonte de força de trabalho para a indústria nascente paulista. O terceiro elemento, e talvez o mais complexo foi o

“elemento nacional livre”, composto por homens brancos livres e pobres, negros forros, libertos, “fugidos”, e mestiços. Foram indivíduos que durante o período colonial e o período da escravatura pós-independência, constituíram parte acessória da força de trabalho.

2.1.1 – O Trabalho Escravo

Durante o período da escravatura no Brasil, a agricultura voltada para a exportação gozou da exploração da força de trabalho sob forte disciplina. A escravidão garantia a estabilidade, a regularidade e a disciplina do trabalho, mantendo o escravo ao nível mínimo de reprodução do seu trabalho e extraindo excedentes com a exploração máxima do trabalho humano.

As elites políticas entendiam que o fim do cativo, sem um processo gradual associado a uma política compensatória de reposição de mão de obra, poderia acarretar em uma crise econômica sem precedentes, puxada pela desorganização do sistema de produção na grande lavoura, com a carência de mão de obra. O fim do cativo era visto com desconfiança, no sentido de que os ex-escravos não mais se sujeitariam ao trabalho regular, engrossando os números de “vadios” na sociedade brasileira.

Assim foi promovida uma abolição lenta e gradual, forma esta encontrada para que, sendo a instituição da escravidão extinta, se evitassem, maiores danos à ordem vigente, buscando inclusive formas de substituir o trabalho cativo, através de um processo de colonização estrangeira.

A disciplina, o controle e o treinamento foram utilizados de forma a que, depois de libertos, os ex-escravos fossem convertidos em trabalhadores assalariados (proletários). O medo

de que depois da abolição surgisse uma massa de indivíduos, que não mais se subordinariam ao trabalho regular, e que se tornariam uma classe de indivíduos que ameaçariam a propriedade e a ordem vigente, fez com que o processo de transição do cativo para o trabalho livre ocorresse com o máximo controle por parte do Estado.

2.1.2 – O Imigrante Estrangeiro

O imigrante estrangeiro foi um importante grupo na formação do mercado de trabalho no Brasil no período final do século XIX. No oeste paulista, este viria a ser a principal fonte de força de trabalho para o café.

Na maioria dos casos, as relações imigrantes e fazendeiros foram reguladas por sistemas paralelos criados para melhor adaptarem o colono estrangeiro ao regime de trabalho. O primeiro sistema implantado foi o de parceria, que foi usado nas primeiras tentativas de colonização sistemática, visando a substituição da mão de obra escrava. O outro sistema implantado foi o de colonato utilizado já (na maioria das vezes) com a colonização subvencionada.

Em linhas gerais, o sistema de parceria determinava que cada família de colonos ficaria responsável por uma quantia determinada de cafezais, os quais deveria tratar, cultivar, beneficiar e colher. Vendido o café, caberia ao fazendeiro entregar ao colono metade do produto líquido da venda. Este sistema também poderia ser utilizado para outras culturas como o algodão, cana de açúcar, dentre outras. As famílias dos colonos seriam instaladas no interior da fazenda, em áreas determinadas pelo fazendeiro.

A tentativa de controle e estabilidade da mão de obra dentro da fazenda era feito através das dívidas contraídas pelos imigrantes, para o pagamento das despesas de viagem. Os

fazendeiros manipulavam estas dívidas pela venda de gêneros alimentícios dentro das fazendas (onde os colonos, por contrato eram obrigados a comprar) e também com a imputação de juros às dívidas, garantindo sempre a presença do colono no interior da fazenda preso por dívidas. Na verdade, a disciplina para o trabalho e ao trabalho no caso do sistema de parceria era garantida pela dívida do colono para com o fazendeiro.

Mas, este tipo de manipulação de dívidas e as condições de trabalho levaram a um contexto de conflitos entre colonos estrangeiros e fazendeiros, cujo exemplo mais conhecido foi a revolta de colonos na fazenda Ibicaba, em Rio Claro. Com isso, o sistema de parceria e a imagem do Brasil nos países europeus caíram juntos por terra, aumentando também o descrédito da imigração estrangeira junto à classe lavradora brasileira.

O sistema de colonato era um sistema de trabalho por tarefa, a chamada empreitada. Cada família recebia um determinado número de cafeeiros, pelos quais seria responsável pelo trato (5 a 6 carpas por ano). Permitia-se também ao colono produzir feijão e milho nos intervalos entre os cafeeiros. O trabalho por empreitada era pago em dinheiro. A produção de gêneros de subsistência (milho e feijão, em geral) era consumida pelo colono e o excedente era comercializado.

Nesse sistema também existiam formas específicas de coerção e disciplina, como no caso de multas estabelecidas por ausência da fazenda sem aviso prévio, multas por atraso de serviço e multas caso os colonos se negassem a prestar serviços gratuitos.

2.1.3 – O Trabalhador Nacional Livre

A agricultura exportadora, baseada em relações de trabalho escravista, que compunha o centro dinâmico da economia, deixou o trabalho livre em condições marginais na sociedade brasileira. Contudo, a pobreza e a condição marginal na sociedade são condições mais que suficientes, para provar que, de fato este grupo foi expropriado, não tendo acesso à propriedade dos meios de produção, bem como foi a ele negada uma posição melhor dentro da sociedade brasileira. Essa condição de marginalidade social, não necessariamente, o forçou a vender sua força de trabalho ao capital para garantir sua sobrevivência.

A inserção do trabalhador livre nacional no mercado de trabalho, é um fenômeno complexo, devido, principalmente, à marginalização do trabalhador nacional livre desde o tempo de colônia. A pouca difusão do uso do trabalho livre no Brasil, no período, e a prevalência da escravidão nos setores dinâmicos da economia foram as principais causas dessa exclusão. Procurar relações de causalidade simples pode-se cometer erros. Buscar a escravidão como causa de tudo isso é uma verdade parcial, pois a escravidão foi consequência da implantação do “antigo sistema colonial”.

Não era de interesse, desde a época da colônia, a difusão do trabalho livre no sistema de produção. O tráfico de escravos era prioritário e lucrativo para os interesses dos portugueses. O sistema de “plantation” implantado no Brasil, com produção voltada para a exportação não conseguiria se manter utilizando trabalho livre (deixaria de ser muito lucrativo). Este sistema com suas bases estruturais foi mantido demanda e de oferta de força de trabalho livre nacional.

Um ponto relevante a ser destacado é a participação do Estado brasileiro neste processo. A sua participação deve ser destacada, atendendo aos interesses da grande lavoura. São exemplos

disso, a condução do processo de abolição do cativo, os subsídios dados ao processo de imigração estrangeira a partir de 1880. Mas, a incapacidade de lidar com a questão do trabalhador nacional livre e sua inserção no mercado de trabalho formal também são as marcas deixadas por este Estado. O Estado, por omissão, foi responsável pela má formação do mercado de trabalho no Brasil.

2.2 – As Transformações Mais Recentes

O mercado de trabalho no Brasil passou por um processo de estruturação durante o longo período que vai do início dos anos 1940 até o final dos anos 1970. As principais características desse processo foram a elevação da taxa de assalariamento formal e a redução do desemprego.

Houve, ainda que restrito à década de 1950, crescimento do poder aquisitivo do salário mínimo. Durante os anos 1980, houve forte expansão da população economicamente ativa (PEA) e do nível de ocupação, enquanto a taxa de desemprego apresentou apenas pequeno aumento quando se comparam os dados do início e do final dos anos 1980. Nesse período, destaca-se o papel da geração de emprego público nos estados e municípios, que compensou, em parte, a perda de dinamismo do setor privado no que se refere à geração de empregos.

Em 1989, ainda não estavam claros os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, que surgem com muita força no início dos anos 1990. Primeiramente, houve a elevação do desemprego. Posteriormente verificou-se o expressivo crescimento de formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho, notadamente o trabalho dos autônomos (ou conta-própria)

voltados para o público, o assalariamento sem carteira e o emprego doméstico. Por último, a queda dos rendimentos do trabalho.

Várias explicações contribuem para a mudança das tendências no mercado de trabalho: baixas taxas de crescimento econômico, abertura comercial e financeira desregulada, crescimento da PEA, perda de importância do emprego industrial, inovação tecnológica, privatização, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, em particular do investimento público. Certamente, a principal causa foi a baixa taxa de crescimento econômico.

A macroeconomia pouco ajudou nos anos 1990, por inúmeras razões. Nesse período, convivemos com taxas de juros muito altas, que impediram que a economia crescesse. Além disso, a abertura comercial e financeira também teve papel central nesse processo. As empresas, especialmente as do setor industrial, tiveram dificuldades para sobreviver no novo ambiente de competição. A aposta de que um choque de produtividade, motivado pela abertura, pode conduzir a um círculo virtuoso de criação de empregos ainda está por ser comprovada. Na verdade, a maior parte do ajuste das empresas foi defensiva, eliminando empregos e reduzindo custos salariais.

Desde o início dos anos 1990, a economia brasileira vem alternando fases curtas de crescimento e períodos, cada vez mais longos, de estagnação e recessão. Após a recessão de 1990/1992, foram três anos de crescimento mais intenso, do final de 1992 até o início de 1995, quando a crise mexicana interrompeu a trajetória de expansão. Como resultado da política de abertura dos anos 1990, acelerada no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique, a economia brasileira ficou vulnerável e exposta aos seguidos choques externos que ocorreram a partir de 1997. Com margem de manobra reduzida, a reação da política econômica aos choques foi sempre a mesma: aperto das políticas fiscal e monetária.

A precarização do trabalho respondeu ao movimento de baixo crescimento, mas também às novas formas de organização da produção e do trabalho. A maior exposição à competição externa obrigou as empresas aqui sediadas a transformar seus métodos de produção, terceirizar atividades, adotar inovações tecnológicas e reduzir custos com o objetivo de sobreviver. Com taxas de câmbio e de juros desfavoráveis, o ajuste sobre os custos do trabalho foi inevitável. Daí o corte dos empregos e a redução dos salários, especialmente nos setores que foram submetidos à maior concorrência externa.

A partir de 1990, o emprego industrial perde importância relativa no conjunto da ocupação. Além da redução absoluta do total de postos de trabalho, há uma queda na qualidade dos empregos, já que é a indústria a responsável por manter e criar postos de trabalho com maior proteção formal e níveis mais elevados de rendimento.

3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO

Como já visto no capítulo anterior, o mercado de trabalho no Brasil passou por grandes modificações após a década de 1990. Entre as mudanças recentes, podem ser mencionadas a intensificação de práticas informais de contratação; a redução do emprego industrial, resultando em aumento do setor terciário; e a explosão das taxas de desemprego ocorrida principalmente no ano de 1998 (SERVO, 2001).

Entre os dados favoráveis, merece menção o crescimento do nível de rendimento a partir de 1993, revertido, entretanto, em 1998 (BRITO e RAMOS, 2003). Há, portanto, fortes indícios de deterioração das condições do mercado de trabalho ao longo dos anos 90.

Não é possível mensurar a evolução do mercado de trabalho, pois as várias estatísticas existentes confrontam-se entre si, contrapondo-se em seus resultados. Porém, não é difícil verificar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho sobre vários aspectos como, desemprego, informalidade e rendimentos.

3.1 O Desemprego

Há algumas décadas, conforme observações de Mészáros (2002), o desemprego, mesmo em países de capitalismo avançado, estava reservado a áreas de pobreza e de subdesenvolvimento, levando as pessoas por ele afetadas para o completo esquecimento e descaso, na medida em que não havia preocupações com as repercussões socioeconômicas desse fenômeno.

No entanto, como resultado das transformações capitalistas, o problema do desemprego, não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos e cada vez mais raros empregos disponíveis.

O crescimento do desemprego está cada vez mais no cotidiano da sociedade e com características mais complexas e heterogêneas, atingindo praticamente todos os segmentos sociais, embora apresentando em sua composição uma substancial desigualdade, ao considerar as variáveis de rendimento familiar, de idade, de gênero, de etnia e de escolaridade.

Por larga margem, o indicador mais utilizado para a avaliação do desempenho do mercado de trabalho é a taxa de desemprego. De modo geral, quando esse indicador encontra-se em patamares baixos, a avaliação tende a ser de que o mercado de trabalho passa por um bom momento, ao contrário de quando ele passa para níveis mais elevados.

Conforme Ramos e Brito (2003) da implantação do Plano Real em 1994 até o ano 2000 (posteriormente à mudança do regime cambial ocorrida em janeiro de 1999) houve no Brasil um enorme aumento da taxa de desemprego, indicando um progressivo desaquecimento do mercado.

Segundo Kupfer (2005) dentre os setores que mais eliminaram empregos logo após o Plano Real, incluem-se o agropecuário, a indústria de transformação e mineração e ainda a construção civil, eletricidade, gás e água, equivalente a 94% da perda de empregos no período. Para percebermos o tamanho do problema, esses 6 setores conjuntamente empregavam em 2000 cerca de 4,2 milhões de pessoas a menos que em 1990, ou seja, uma redução de 12%.

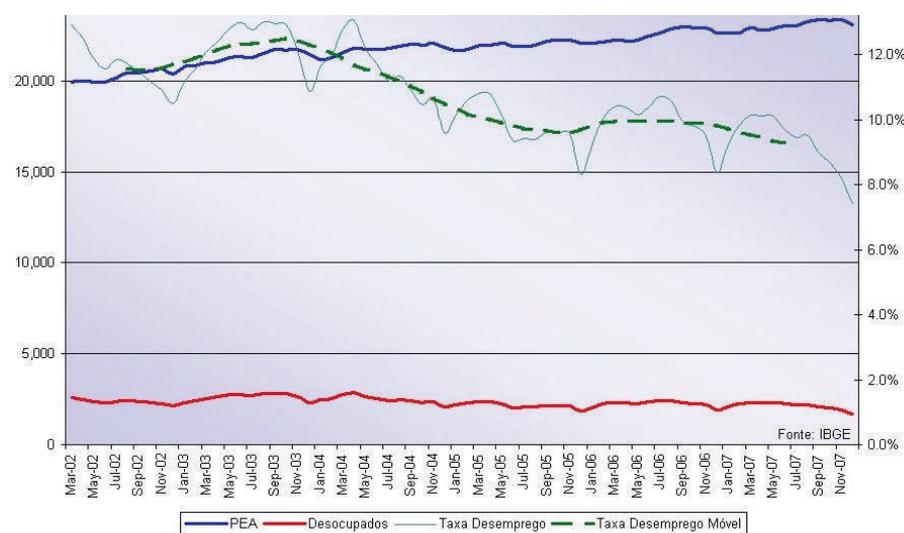
Vários são os fatores que levaram a esta redução na oferta de empregos. A partir de 1996, a elevação das taxas de juros domésticas em decorrência da instabilidade financeira internacional, contribuiu bastante para a contração da demanda por mão de obra naquele período

(NERI e CAMARGO, 2000). Além disso, a estabilidade de preços foi alcançada com uma pequena diminuição do ritmo de crescimento econômico, o que contribuiu para a diminuição do nível de ocupação.

Ao final de 1998, com o câmbio sobrevalorizado e a escassez do fluxo de capitais externos decorrente da forte crise financeira internacional, a taxa de desemprego aberto atingiu um alto nível. Reconhece-se hoje que a desvalorização de 1999 representou um ponto de desvio na economia brasileira. Com a mudança cambial, houve novas e melhores condições para o crescimento econômico e a recuperação do mercado de trabalho.

Gráfico 1

Evolução da Taxa de Desemprego (2002 – 2007)



Fonte: IBGE

A crise de energia de 2001 veio pôr em cheque a retomada do nível de atividade e da ocupação, de modo que a comparação entre 1999 e 2001 mostra um crescimento anual modesto

do número de pessoas ocupadas, da ordem de 1,43%. Desde 2002 a taxa de desemprego tem tido uma queda constante, conforme podemos visualizar no Gráfico 1.

Vários são os fatores que tem levado à redução gradativa da taxa de desemprego, no Brasil. Segundo Barros (2008) a economia vem crescendo em um ritmo interessante e o PIB - Produto Interno Bruto, do país tem apurado aumentos sucessivos.

O que também gera redução na taxa de desempregados é a queda na procura por empregos pelos jovens. À medida que a educação vem sendo priorizada, os jovens ficam mais tempo dentro da escola e tendem a procurar por trabalho mais tarde.

Segundo Pereira (2008) tem acontecido uma mudança estrutural no mercado de trabalho brasileiro, isso devido ao cenário econômico favorável e ao incentivo fiscal. A formalização dos postos de trabalho gera aumento da oferta de empregos, buscando cada vez mais mão de obra qualificada.

O aumento na renda do trabalhador também favorece a queda do desemprego, pois não se vê a necessidade de mais membros da família saírem para trabalhar, como mãe e filhos jovens. Segundo dados do IBGE, o salário médio do brasileiro ficou em R\$ 1.253,70 (mil duzentos e cinquenta e três reais e setenta centavos) em 2008.

3.2 Oferta e Demanda de Trabalho

A queda na taxa de fecundidade a partir dos anos 1980 fez com que, nos últimos tempos, a taxa de crescimento da PIA - População em Idade Ativa - entrasse em declínio, tendência esta que se tornou mais intensa nos próximos anos. Ao lado desse fenômeno, as mudanças por que

passou a economia brasileira, com os reflexos no mercado de trabalho, alteraram o processo de decisão de ingresso na força de trabalho, principalmente em função das crescentes necessidades de maior qualificação para que uma pessoa possa almejar colocações de boa qualidade.

Segundo Andrade (2005) as variações na oferta podem ser originadas de mudanças no nível educacional da força de trabalho, crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, questões relacionadas à migração e outras. Já as variações na demanda podem ser desencadeadas por mudanças tecnológicas, modificações na intensidade de comércio, mudanças no mercado de produto, alterações não-neutras nos preços dos insumos, entre outras.

É notável que a oferta global de trabalho de um país está intrinsecamente ligada ao seu processo demográfico. Os elementos determinantes do tamanho e da composição por sexo e idade da população em idade ativa são: a fecundidade e a mortalidade, no caso de população fechada, ou seja, quando não se consideram os que imigram e os que emigram. O efeito da fecundidade se dá de forma defasada, isto é, a população que irá constituir a força de trabalho brasileira no futuro próximo – digamos nos próximos 15 anos – já nasceu. O efeito da mortalidade, por outro lado, atua contemporaneamente sobre o estoque de população, reduzindo-lhe a dimensão.

O reflexo maior de tal mudança se dá por meio da postergação do ingresso no mercado por parte dos jovens, que tendem a permanecer mais tempo na escola. Paralelamente, percebe-se a progressiva redução de posturas discriminatórias. Com isso, por exemplo, a participação das mulheres tem aumentado. O resultado desses diversos fatores acaba por influenciar estruturalmente a taxa de participação e, conseqüentemente, a oferta de trabalho.

3.3 Participação no Mercado

Todos os movimentos descritos acima estão, é claro, associados as transformações de ordem cultural e socioeconômica, bem como às alterações estruturais na economia como um todo e que repercutiram no mercado de trabalho.

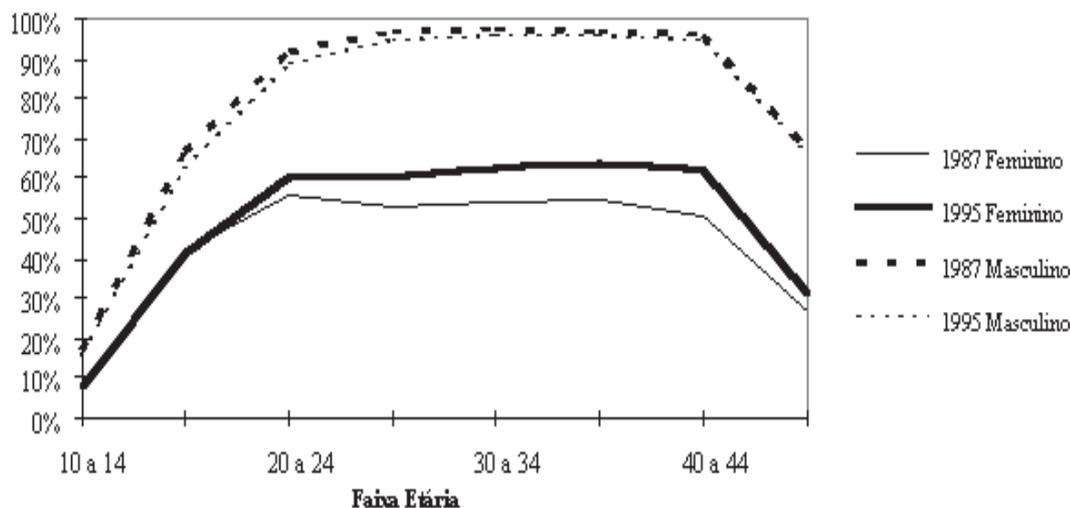
No que se refere às mulheres, a sua crescente participação é, em grande medida, decorrente da redução de obstáculos de natureza não econômica ao seu ingresso no mercado de trabalho e, também, da necessidade de complementação dos orçamentos familiares, fator que por certo influenciou muito a mudança de postura cultural em relação ao trabalho feminino.

A partir dos anos 90, a continuidade da ampliação das taxas de participação feminina, sobretudo entre mulheres não muito jovens, foi o único fator responsável pelo crescimento da PEA. Em decorrência do estreitamento do mercado de trabalho para os jovens e do aumento da participação da mulher adulta na atividade econômica, a força de trabalho, nos anos 1990, assumiu traços diferentes, ficando mais adulta e com uma parcela feminina maior (LAVINAS, 2006).

Quanto aos homens, a queda da participação na força de trabalho está, vinculada à maior seletividade do mercado, que privilegia e demanda cada vez mais trabalhadores com maior nível de escolaridade.

Gráfico 2

Taxa De Atividade Urbana - Masculina e Feminina (1987-1995)



Fonte: Lavinias, 2006.

Como podemos verificar no gráfico acima logo no início dos anos 90 a mulher já começou a se destacar no mercado de trabalho. Enquanto que em 1987 a taxa de ocupação feminina era em média de 50%, em 1995 ela aumentou para 65%. Isso nos mostra que as mulheres ocuparam grande parte dos postos de trabalho criados naquela época.

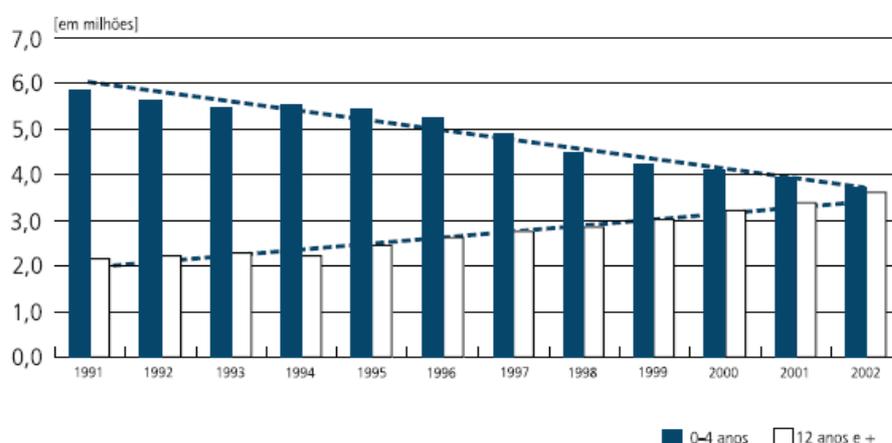
3.4 Escolaridade e Ocupação

Conforme MENEZES (2001) a empregabilidade vem sendo diretamente associada à questão da qualificação profissional, sendo esta representada por um conjunto de atributos que incluem aspectos relativos à educação formal, à capacidade de aprender permanentemente, de empreender, além de um conjunto de atitudes como a iniciativa, a autonomia e a versatilidade.

No indicador “taxa de ocupação” há transformações relevantes no que tange à composição por escolaridade. Conforme ilustrado no Gráfico 3, o número de trabalhadores ocupados com não mais de quatro anos completos de estudo caiu de 5,9 milhões para 3,7 milhões.

Gráfico 3

Nível de Ocupação Metropolitana por Escolaridade (1991-2007)



Fonte: IPEA

Em termos relativos, a sua participação no contingente da força de trabalho ocupado caiu de 39% para aproximadamente 21% nesse intervalo de tempo. No outro extremo, o número de trabalhadores com alguma formação universitária passou de 2,15 milhões para 3,6 milhões, o que significa dizer que aproximadamente 60% dos “novos” postos de trabalho gerados no período foram ocupados por eles, que elevaram sua participação entre os ocupados de 14,2% em 1991 para cerca de 21% em 2002.

Conforme pode ser visto no Gráfico 3, com exceção de 1994, esse fenômeno ocorreu de forma constante na década. Há, sem dúvida, conotações positivas associadas a essa elevação da

escolaridade média dos ocupados. Ela pode ser referida como um dos motivos que tornaram possível o aumento de produtividade ocorrido nos anos 1990 pungido pela abertura comercial.

Outro aspecto positivo é que, em alguma extensão, ela pode estar refletindo progressos no sistema educacional. O alcance desse argumento, todavia, é limitado, haja vista que:

a) a taxa de participação dos mais jovens, principais beneficiários de tais avanços, vem declinando; e

b) a própria taxa de participação dos trabalhadores declinou quase 10 pontos percentuais no período.

Assim, a idéia de renovação da força de trabalho não parece suficiente para explicar essa significativa mudança na composição por escolaridade dos ocupados. A preocupação que surge, então, é que o mercado de trabalho venha se tornando cada vez mais seletivo e excludente, marginalizando os trabalhadores de menor escolaridade. Como os integrantes desse grupo tendem a ser mais velhos (mais de 90% dos trabalhadores com essa escolaridade que ainda permaneciam ocupados em 2002 tinham mais de 25 anos, sendo que aproximadamente 36,2% estavam acima de 50 anos) e chefes de família (quase 2/3 — 63,7% — em 2001), existe uma probabilidade maior de que sejam, ou venham a ser, pobres.

3.5 Trabalho Infantil

Apesar da existência de uma regulamentação trabalhista que proíbe o trabalho para menores de 16 anos (exceto na condição de aprendiz), na verdade essa disposição é infringida e a prática do trabalho infantil é uma realidade.

Nas últimas duas décadas um destaque especial deve ser conferido ao decréscimo substantivo da quantidade de mão-de-obra infantil, particularmente no recorte de 10 a 14 anos de idade. Em 2007 o IBGE registrou que 1.092.844 do total de ocupados pertenciam a essa faixa etária, em vivo contraste com os 2.922.666 de 1997 – o que significa uma redução absoluta de quase 60% no período. Essa variação fica mais evidenciada se avaliada em termos proporcionais: em 1997 a mesma faixa etária constituía 4,77% dos ocupados, caindo para 1,4% em 2007.

Conforme Schwartzman (2006) os progressos alcançados nessa frente servem, por um lado, para atestar a eficiência de alguns programas e políticas voltados à erradicação do trabalho infantil nesse intervalo de tempo – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Bolsa Escola, Bolsa Família, fiscalização trabalhista, entre outros. Por outro, o fato de haver mais de 1 milhão de crianças trabalhando empana ao menos em parte esses progressos, indicando que há que se aprimorar as políticas no sentido de torná-las mais eficientes.

Na sua dimensão espacial, revela que o trabalho infantil é um fenômeno essencialmente não-metropolitano, incidindo de forma mais marcante no meio rural (quase 50% do total), sendo que as reduções proporcionais têm ocorrido de maneira semelhante. Quanto às grandes regiões geográficas, a utilização da mão-de-obra infantil é um traço mais característico do Nordeste, que responde pela metade do total (KASSOUF, 2007).

3.6 A Informalidade

Entre as várias mudanças no funcionamento do mercado de trabalho nacional a partir dos anos 1990 que implicaram rupturas no padrão histórico, um dos fenômenos mais marcantes, e

que mais atenção despertou entre especialistas e sociedade em geral, foi a proliferação das práticas informais. O crescimento do assim chamado setor informal, normalmente associado à precarização da qualidade do trabalho, fragilização da inserção no mercado e banalização dos vínculos empregatícios, foi uma das tônicas do período dos anos 90.

A informalidade pode ser definida de várias maneiras, mas dificilmente se pode ter uma medida mais rigorosa do que aquela que a associa a uma relação econômica ou trabalhista à margem da lei – empresas que não pagam (todos os) impostos ou o assalariamento sem carteira assinada.

Conforme discutido em Camargo (2005), o segmento informal pode ser entendido de uma forma mais abrangente como determinado pela natureza e estrutura do processo produtivo, pela ótica da obediência do vínculo trabalhista, ou uma variante, que é a contribuição ou não para a previdência. Aqui entendemos que pertencentes ao setor informal os trabalhadores que não estão ao abrigo da proteção da legislação trabalhista na sua inserção no mercado.

A informalidade é um fenômeno que chama a atenção de especialistas, formuladores de política e da sociedade em geral por uma série de motivos. Na sua expressão mais direta, o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais, constituindo uma distorção a ser combatida. Sob um prisma econômico mais amplo, a evasão de recursos via descumprimento da lei, principalmente os encargos trabalhistas e contribuição previdenciária, possibilitam a permanência no mercado de firmas menos produtivas, o que retarda a expansão de firmas mais produtivas que respeitam a legislação e, conseqüentemente, têm custos de produção majorados (NORONHA, 2003).

Há que ter em conta o agravante de que um menor grau de formalização reduz a base para taxação, induzindo maiores tributos e criando, como resultado, maior penalização para as

firmas mais produtivas – daí gerando incentivos para incremento da própria informalidade, e assim por diante. A informalidade contribui, também, para alimentar uma cultura de sonegação e desrespeito às normas legais, que é, em última análise, a razão de ser de sua existência.

Em que pese essa série de conotações indesejáveis associadas à informalidade, o fato concreto é que ela existe e tem tamanho considerável. Ela é, inclusive, bem vista por alguns, na medida em que o setor informal tem capacidade de absorver contingentes de mão-de-obra menos qualificadas que não encontram colocação no setor protegido, contribuindo, assim, para a redução da taxa de desemprego.

É fundamental ter clara a gravidade da situação, até porque algumas vezes a informalidade é defendida como “uma solução, e não um problema”. É importante destacar aqui: boa parte da informalidade – o assalariamento sem carteira – é, na verdade, ilegalidade, visando ao não pagamento de encargos.

Adicionalmente, o trabalho autônomo, o outro componente do contingente de trabalhadores do setor informal, por vezes é sinônimo de trabalho precário, resultado de uma estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos com um mínimo de qualidade em quantidade suficiente.

3.7 Rendimentos

A remuneração do trabalho no Brasil caracteriza-se por baixos salários e grande dispersão entre os rendimentos. As razões apontadas para este quadro são várias. Encontram-se

na formação do mercado de trabalho urbano, nas dificuldades impostas à organização sindical e na regulação dos salários exercida pelo Estado por longo período (RAMOS e VIEIRA, 2005).

A industrialização do país se processou somente no século XX e de forma muito rápida. O vasto contingente de mão-de-obra rural, com poucos laços de assalariamento, transformou-se em um extenso mercado de trabalho urbano. A concentração industrial nas regiões Sul e Sudeste estimulou os movimentos migratórios, ao mesmo tempo em que a falta de mecanismos institucionais de garantia de renda e a concentração histórica da posse da terra impulsionaram o êxodo rural.

Segundo Farinha (2007) a maneira e a rapidez com que o Brasil se transformou, passando de uma economia agrária a uma economia industrializada, colaborou para a configuração de um amplo mercado de trabalho caracterizado por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. Isto favoreceu o achatamento dos salários de base e viabilizou enorme dispersão salarial entre os menos e os mais qualificados, o que foi extremamente funcional ao modelo de desenvolvimento adotado.

Apesar do histórico, o salário mínimo tem evoluído favoravelmente desde meados dos anos noventa. Enquanto na primeira metade da década passada, o salário mínimo apresentou fortes flutuações por conta do processo hiper-inflacionário, a partir de 1995, houve nítida tendência de crescimento (SABÓIA, 2005).

A evolução futura do salário mínimo, entretanto, é uma incógnita. A discussão anual sobre seu nível de reajuste envolve amplos segmentos da sociedade. O resultado final depende da combinação das forças políticas envolvidas e da conjuntura econômica do período, representando um processo demorado e desgastante que se repete a cada ano.

4 AS PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO

4.1 A Crise

Há questionamentos incessantes sobre a origem da crise do trabalho e sobre as possibilidades de superação do quadro presente. Discute-se se a crise é um problema local de estrutura da econômica brasileira, incapaz de promover um desenvolvimento nacional abrangente, ou a uma baixa qualificação dos trabalhadores, que os condenaria a uma miséria permanente e à impossibilidade de promover o desenvolvimento nacional.

Em outra vertente, como se nota em Brito e Ramos (2003), discute-se se a crise é um fenômeno global de organização da economia mundial capitalista que submete as suas nações subordinadas a esse dilema insolúvel de garantir a acumulação flexível de capital em função de desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais em geral, além do enfraquecimento do papel do Estado como agente de justiça econômica, atribuindo ao mercado a função de distribuir - ou concentrar – a riqueza de acordo com a concorrência.

Há reflexões otimistas, apontando que a crise é momentânea e a solução se encontra na própria reacomodação dos setores da economia. Supõe-se que haveria uma fonte de oportunidades de trabalho no setor da prestação de serviços, uma vez que não estaria tão submetido aos efeitos da automatização da produção. Entretanto, essa mesma visão é contestada por apontamentos que partem da conclusão de que o modelo econômico capitalista é incapaz de promover a inclusão democrática ou universal de trabalhadores.

A respeito de possibilidades de superação desse dilema é possível destacar o que comenta Torres (2007) sobre a estruturação de uma economia cooperativa e solidária a fim de

promover a distribuição de renda e a justiça social na forma de um sistema econômico, intersticial ou alternativamente, fundamentado da solidariedade.

4.2 As Políticas de Emprego

O Brasil progrediu significativamente no desenho e implantação de políticas ativas e passivas de emprego nos anos 1990, a começar pela expansão do seguro-desemprego, após a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo Ramos (2006) foram desenvolvidos programas públicos de formação profissional, ações na área do crédito popular (Microcrédito, Proger Urbano e Rural, Pronaf, entre outros), linhas de investimento em setores intensivos em mão-de-obra (Proemprego), frentes de trabalho urbanas, programa de erradicação do trabalho infantil, para citar os mais significativos. Apesar desse avanço, os indicadores do mercado de trabalho seguiram se deteriorando.

Conforme as teorias de Keynes (1983) as soluções para os problemas do mercado de trabalho (nível de emprego e salário) dependem de outras dimensões da vida econômica (investimento e consumo) e também de políticas monetária e fiscal favoráveis à expansão do produto e do emprego.

O alcance e as limitações das políticas de emprego num ambiente de baixo crescimento foram evidentes no Brasil a partir dos anos 1990. As restrições ao gasto e ao investimento público também pouco contribuíram para que os resultados fossem mais favoráveis. Mantida a atual escassez de recursos públicos, o desenvolvimento sustentável passa a depender do setor privado,

já que somente a elevação da taxa de investimento, impulsionada pelas empresas privadas, poderá sustentar uma nova etapa de crescimento (KUPFER, 2005).

Num ambiente internacional instável, a trajetória da economia brasileira dependerá, segundo Neri e Camargo (2000) em boa medida, da recuperação de meios de manobra sobre os instrumentos de política econômica, especialmente as taxas de juros e câmbio. Dado o tamanho atual das dívidas externa e interna e seu perfil de financiamento num cenário de instabilidade no exterior, a redução da vulnerabilidade externa parece ser o caminho mais seguro e menos traumático para enfrentar o desafio do desenvolvimento. Se bem-sucedida, permitirá recuperar, gradativamente, os instrumentos de política econômica e manejá-los a favor do crescimento.

4.3 As Expectativas Futuras

Em geral, dois são os fatores fundamentais gerados pela economia do país, que nos permitem compreender o grau de pobreza e de desigualdade vivido pela população brasileira hoje a baixa qualidade e a quantidade de emprego.

Desde meados dos anos 1990, convivemos com a expectativa da retomada do crescimento e da geração de empregos que, embora possam apresentar-se em um momento positivo, têm resultados ainda aquém do necessário. O baixo crescimento econômico da última década do século passado, aliado à liberalização comercial-financeira, à racionalização e modernização da produção refletiu no nível de emprego e afetou os setores mais estruturados e organizados da economia. Portanto, ocorreu a redução da criação de novos postos no mercado de trabalho e o aumento considerável do desemprego e de outras formas de trabalho temporário,

parcial, precário, terceirizado, subcontratado, relacionado à economia não formal e ao setor de serviços.

No início dos anos 2000, o mercado de trabalho brasileiro presenciou uma leve recuperação, com base em um aumento razoável da ocupação não agrícola, destacando-se a maior formalização do emprego, incentivada também por um melhor posicionamento do Estado com relação ao cumprimento das leis trabalhistas (Baltar; Krein; Moretto, 2006).

Entretanto, como nos esclarece Maia (2007), essa ligeira melhora da economia brasileira não atenuou de forma expressiva os elevados índices de precariedade do mercado de trabalho brasileiro. Na primeira metade dos anos 2000, o emprego cresceu em ritmo mais acelerado que a população economicamente ativa, e a taxa de desemprego caiu de 12,7% para 11,5%.

A população desempregada continua, contudo, representando parcela relevante da população economicamente ativa (11,4 milhões de pessoas em 2006), tendo ainda aumentado em 1,3 milhões de pessoas seu contingente entre os anos 1999 e 2006. Além disso, cresceu em ritmo mais acelerado o número de desempregados com período de procura superior a 1 semana e daqueles à procura do primeiro emprego. Por outro lado, reduziu-se suavemente o tempo de desemprego, o que indica uma pequena melhora na probabilidade de aqueles que já trabalharam encontrarem uma nova posição no mercado de trabalho.

Assim, conclui-se que a melhora dos indicadores de desemprego no país foi incapaz de reverter a situação extrema de exclusão de uma parcela importante da população. Logo, faz-se necessária uma avaliação mais rigorosa do desenvolvimento das diversas políticas públicas em curso, no sentido de demarcar os pontos mais críticos, corrigir eventuais enganos e avançar nos acertos com relação a uma efetiva recomposição do mercado de trabalho brasileiro.

É razoável supor que um novo ciclo de crescimento, embora necessário, não será capaz de resolver, mesmo no médio prazo, as questões do desemprego, precarização do trabalho e dos baixos níveis de rendimento. Inicialmente, é preciso inverter as atuais tendências, o que só será possível, no curto prazo, com a retomada do crescimento em níveis mais altos (SOARES, 2006).

É fundamental para o novo ciclo de desenvolvimento o aumento da escolaridade média da força de trabalho registrado nos últimos anos, que pode contribuir para a elevação da produtividade global da economia. No entanto, na atual situação do mercado de trabalho no Brasil, pode ser mais um ingrediente de frustração social, já que os jovens que estudam, ou vêem seus sonhos barrados pelo desemprego, se desiludem com os baixos salários e a falta de perspectiva de ascensão social.

Há, portanto, um longo caminho a percorrer para inverter a atual desestruturação do mercado de trabalho. Segundo Servo (2001) fortalecer a negociação coletiva, aumentar a representatividade das instituições do trabalho (trabalhadores, empregadores, governo, judiciário) e garantir a democracia nas relações de trabalho são elementos importantes para uma estratégia de desenvolvimento nacional que tenha como objetivo central a inclusão de pessoas através do trabalho digno.

Reverter o atual processo de desestruturação do mercado de trabalho, já que este é causa importante da exclusão, é decisivo para a nova etapa de desenvolvimento que se pretende, com redução da desigualdade social no Brasil.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou apontar as duas dimensões do trabalho, a econômica e a social, concluindo pela forte influência do mercado de trabalho sobre a equidade e o bem-estar social.

De fato, a informalidade, aqui definida basicamente como o contingente de trabalhadores que não estão ao abrigo da proteção da legislação trabalhista, reveste-se de especial destaque nas análises do mercado de trabalho brasileiro, pois ela representa no país praticamente a metade da PEA. A estabilidade desse contingente, assim como sua expressiva grandeza no universo estudado, induzem ao debate acerca de implementação e ajustes de políticas públicas relacionadas com o mercado de trabalho, tendo sido sublinhado que a existência dessa parcela de trabalhadores à margem do sistema não pode em nenhuma hipótese ser encarada como uma solução para o mercado como ainda defendem alguns, mas sim como um problema a ser enfrentado.

Mas não somente a informalidade gera inquietudes. A persistência do trabalho infantil, não obstante encontrar-se em processo de franco declínio, que faz supor eficiência nos programas de sua erradicação, apresenta valores absolutos ainda alarmantes, clamando por soluções mais eficazes, com efeitos mais imediatos.

Outros indicadores, porém, podem animar a população. A crescente participação da mulher no mercado de trabalho e a permanência dos jovens mais tempo na escola são exemplos nítidos nesse sentido. No caso dos jovens, a consequência se dá no nível da qualificação da mão-de-obra e, portanto, na melhor remuneração e condições de trabalho do empregado. Por outro lado, há também o ajuste do perfil dos trabalhadores à abertura ao comércio internacional das firmas, impondo a estas últimas a implantação de processos de produção inovadores que

requerem mão-de-obra afinada com o uso de equipamentos mais sofisticados e modos de produção mais avançados.

O que se espera é que as informações e análises aqui apresentadas possam contribuir não apenas para o conhecimento sobre o desempenho do mercado de trabalho propriamente dito, mas também para dimensionar o leitor na temática no Brasil de hoje, inserido em um mundo globalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Edward - A Natureza e Funcionamento do Mercado de Trabalho Desde 1984. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 1995.

BARROS, Ricardo Paes de – A Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0452.pdf, acesso em 22 de janeiro de 2009.

BARROS, Renato. *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Ipea, 1989.

BONELLI, Raul e FONSECA, Roberto - Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 1998.

BRITO, Marcelo e RAMOS, Lauro – O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período de 1991-2002. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2003.

CAMARGO, Jorge Matos. *Informalidade e renda no mercado de trabalho*. Editora Ridell, Rio de Janeiro, 2005.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Mercado de Trabalho no Brasil – disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf>>, acesso em 14 de janeiro de 2009.

FARINHA, José Luiz – A Distribuição dos Rendimentos no Brasil e Outros Desafios. Disponível em: <http://jlfarinhabr.blogspot.com/2005/06/distribuio-dos-rendimentos-no-brasil-e.html>, acesso em 21 de fevereiro de 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 29 de janeiro de 2009.

KASSOUF, Ana Lúcia – Aspectos Socioeconômicos do Trabalho Infantil no Brasil. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/teseldrevisado.pdf>, acesso em 20 de janeiro de 2009.

KEYNES, John - Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983.

NERI, Marcelo e CAMARGO, José Márcio – Mercado de Trabalho nos Anos 90: Fatos Estilizados e Interpretações, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2000.

MENEZES, Naercio Aquino – A Evolução da Educação no Brasil e o seu Impacto no Mercado de Trabalho. Disponível em: http://ifb.com.br/arquivos/artigo_naercio.pdf, acesso em 12 de fevereiro de 2009.

NORONHA, Eduardo Guedes – *Informal, Ilegal, Injusto: Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01027&script=sci_arttext&tlng=pt, acesso em 30 de janeiro de 2009.

KUPFER, Andreas – *O Brasil Pós-Real: As Mudanças*. Editora Martins, São Paulo, 2005. Ministério do Trabalho e do Emprego – M.T.E. Disponível em <<http://www.mtb.gov.br>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2009.

RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lúcia. *Desigualdade de Rendimentos no Brasil*. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2005.

RAMOS, Carlos Alberto – *O Auge e a Decadência das Políticas de Emprego no Brasil*. Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/seminarios/2008/Texto%20Carlos%20Alberto.pdf>, acesso em 29 de janeiro de 2009.

REZENDE, Fábio, TAFNER, Paulo - *Brasil: O Estado de uma Nação*. Rio de Janeiro, Ipea, 2005.

SABÓIA, João – *Salário Mínimo e Desenvolvimento*. Editora Uni, Campinas, 2005.

SERVO, Luciana Santos – *A Abertura Econômica e o Mercado de Trabalho Brasileiro*. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2001.

SCHWARTZMAN, Felipe Farah – *O Trabalho Infantil no Brasil*. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/trab_inf2004.pdf, acesso em 15 de fevereiro de 2009.

SOARES, Sérgio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Ipea, Brasília – 2006.

TORRES, Carlos Mendes – *Trabalhar no Brasil*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2007.